DECRETO No 161, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022.

ADENDO VI

## AUTODECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE MULTIFUNCIONAL – ACM

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **AUTODECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE MULTIFUNCIONAL – ACM**  1. Identificação do Proprietário e do Responsável pelo Uso do Imóvel/ Edificação:  a) Nome do proprietário: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  b) CPF no: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  c) Responsável pelo Uso do Imóvel/Edificação: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  (informar o responsável pela atividade comercial a ser desenvolvida no endereço)  d) CPF no: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  e) Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  f) CNPJ no: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  2. Identificação do Imóvel/Edificação:  a) Endereço do Imóvel/Edificação  Rua: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Número: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Bairro:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Cadastro Imobiliário: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  3. COMO RESPONSÁVEL PELA EDIFICAÇÃO, DECLARO:  3.1 – Quanto a REGULARIDADE do Imóvel/Edificação (informações relativas a Carta de Habitação do Imóvel/Edificação):  Que o imóvel localizado no endereço acima encontra-se:   1. ( ) TOTALMENTE regularizado, sendo:   Carta de Habitação no \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_   1. ( ) PARCIALMENTE regularizado, sendo:   Carta de Habitação no: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Área Licenciada (m²); \_\_\_\_\_\_\_\_   1. ( ) TOTALMENTE irregular, sendo:   Área Irregular (m²): \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Se existe processo de regularização protocolado, informe o número/ano: \_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_  3.2 – Quanto ao RISCO DE INCÊNDIO do Imóvel/Edificação:  3.2.1 – ( ) Imóvel/Edificação possuir APPCI:  Se o imóvel/edificação estiver TOTALMENTE regular perante a legislação de prevenção contra incêndios, informe:  a) O número do Alvará de Incêndio:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  b) Data de validade (dia/mês/ano):\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  3.2.2 – ( ) Imóvel/Edificação estiver PARCIALMENTE regular frente a legislação de prevenção contra incêndios:  Número Protocolo PPCI/CLCB: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Declaro que a edificação se enquadra nos seguintes requisitos:  a) possui área total edificada do imóvel menos de 200 m² (duzentos metros quadrados)  b) possuir até 2 (dois) pavimentos;  c) está classificada com grau de risco de incêndio baixo ou médio, conforme as tabelas constantes no Decreto Estadual no 51.803, de 10 de setembro de 2014, e suas alterações; não se enquadrar nas divisões F-5, F-6, F-7, F-11, F-12, G-3, G-4, G-5 e G-6, e nos grupos L e M, conforme as tabelas constantes no Decreto Estadual citado na alínea anterior;  d) não possuir depósito ou áreas de manipulação de combustíveis, inflamáveis, explosivos ou substâncias com alto potencial lesivo à saúde humana, ao meio ambiente ou ao patrimônio, tais como: peróxidos orgânicos, substâncias oxidantes, substâncias tóxicas, substâncias radioativas, substâncias corrosivas e substâncias perigosas diversas;   1. não possuir mais de 26 kg (vinte e seis quilogramas) de GLP (gás liquefeito de petróleo).   3.2.3 – ( ) Imóvel/Edificação declarada como PONTO de REFERÊNCIA: Declaro que o imóvel acima identificado é utilizado pela empresa como ponto de referência, sendo que as atividades do estabelecimento serão desenvolvidas de forma virtual ou fora do estabelecimento, prestando serviços ou realizando negócios de compra e venda de mercadorias por meio de representações, internet, telefone, catálogo, folheto ou similares, sem estoque de produtos ou mercadorias para pronta entrega. Os produtos serão entregues diretamente do fornecedor para o comércio ou para o consumidor final, ficando esse sujeitado ao cumprimento dos seguintes requisitos da legislação vigente:  a) o endereço do estabelecimento seja utilizado para exercer atividades administrativas pelo próprio, vedada a aglomeração regular de terceiros;  b) todos os negócios de compra e venda de mercadorias sejam realizados através da internet, via telefone, catálogo ou folheto;  c) as atividades solicitadas sejam exercidas em outro local, ou em outra empresa ou cliente, onde existe uma filial registrada;  d) não possua estoque de produtos ou mercadorias para pronta entrega, devendo todos os produtos serem entregues diretamente do fornecedor para o comércio e/ou para o consumidor final;  e) não haja movimentação de carga e descarga no local.  OBS: (*Para aqueles imóveis/edificações onde houver a declaração de Ponto de Referência estão dispensadas de apresentação do Alvará/protocolo de APPCI*)  DECLARO que o imóvel e a atividade a ser desenvolvida no local, bem como sua capacidade de ocupação e classificação oferecem plenas condições fáticas para atender às formalidades estabelecidas na Lei Complementar Estadual no 14.376, de 2013, e suas alterações/complementações.  Assim, DECLARO que o imóvel atende e está adequado às exigências estabelecidas pela Lei Complementar Estadual no 14.376, de 2013, e suas alterações/complementações. Abaixo assino e assumo total e inteira responsabilidade pelas instalações prediais, dos equipamentos e informações prestadas, sendo estas corretas e em conformidade com a legislação.  Esta autodeclaração tem por finalidade a obtenção do Alvará de Funcionamento, tratado pelo Decreto no 161, de 13 setembro de 2022, para o imóvel acima identificado, para a empresa que realiza as atividades citadas no cabeçalho deste documento.   |  | | --- | | *-* *JUNTO A ESTE LAUDO TÉCNICO DEVEM SEGUIR (CONFORME O CASO) EM ANEXO*:  *1. Alvará de Prevenção contra Incêndios, OU;*  *2. Comprovante de protocolo junto ao Corpo de Bombeiros do projeto para obtenção do APPCI do imóvel objeto do empreendimento.* |   3.3 – Quanto ao Atendimento do Imóvel/Edificação à Legislação da ACESSIBILIDADE:  3.3.1 – ( ) Imóveis/Edificações que estão TOTALMENTE regulares perante a legislação de acessibilidade:  DECLARO para os devidos fins que o imóvel/edificação acima identificado, possui as instalações mínimas (acesso, sanitários e passeio público) de atendimento à legislação federal, estadual e municipal e que estabelece as regras de acessibilidade do imóvel/edificação.  3.3.2 – ( ) Imóveis/Edificações que estão PARCIALMENTE ou TOTALMENTE irregulares perante a legislação de acessibilidade.  Em havendo infrações estas deverão ser regularizadas através do enquadramento nas legislações específicas sobre o assunto e, declaro que, as devidas orientações foram prestadas ao proprietário do imóvel/edificação para que providencie o protocolo de regularização do imóvel no prazo estabelecido na legislação vigente.  3.4 – Quanto a HABITABILIDADE do Imóvel/Edificação:  ( ) DECLARO para os devidos fins que o imóvel/edificação acima identificado, POSSUI CONDIÇÕES PLENAS de HABITABILIDADE, bem como suporta perfeitamente as atividades comerciais a serem desenvolvidas no endereço informado acima e do tipo (descrever a(s) atividade(s)) elencadas no item 1.d);  Diante dessa afirmação assumo a total responsabilidade pelas condições estruturais de toda a edificação, sendo que as reformas e ampliações havidas até a presenta data não afetam em nada as referidas estruturas e também não apresentam risco aos usuários do imóvel.  3.5 – Quanto a mobilidade:  ( ) DECLARO para os devidos fins a atividade a ser desenvolvido no endereço acima identificado, atende ao disposto nos Adendos 1A e 3B, da Lei Complementar municipal no 118, de 2017 – Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Sustentável do Município de Santa Rosa, e suas alterações, dos quais trata dos tipos de veículos que poderão ser utilizados para o exercício da atividade no local;  4. Declaração de CIÊNCIA e RESPONSABILIDADE:  Ao emitir e assinar esta a Autodeclaração de Conformidade Multifuncional, estou ciente, sob pena de falsidade ideológica prevista no artigo 299 do Código Penal, e que as informações prestadas são verdadeiras e assumo a responsabilidade civil, administrativa e criminal, decorrente de eventuais prejuízos aos usuários e/ou a terceiros ocupantes do imóvel/edificação; e em caso de informações inverídicas ou descumprimento das leis vigentes e, caso se constate, a qualquer momento, desconformidade em relação aos parâmetros legais determinados pela legislação em vigor as licenças emitidas pelo Município serão canceladas, ficando sujeita às penalidades aplicáveis; da remessa de documentos sobre a responsabilidade profissional do declarante junto ao órgão de controle do exercício da profissão e à Procuradoria-Geral do Município para a apuração da responsabilidade civil e criminal e, se for o caso, acionamento do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.    Data da Emissão desta Declaração: Santa Rosa, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_   |  |  | | --- | --- | | Proprietário do Imóvel:  Assinatura. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome : \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  CPF / CNPJ : \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | Responsável pelo Uso:  Assinatura. \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Nome : \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  CPF / CNPJ : \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | |